

**AS EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS EFEITOS:  
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA DA  
IMPLEMENTAÇÃO**

Natalia Rigueira Fernandes  
Breyner Ricardo de Oliveira

**RESUMO**

O trabalho pretende colaborar com o aprofundamento da avaliação da implementação, compreendendo que as trajetórias das políticas e de seus atores podem revelar dimensões históricas, culturais, coletivas e sociais. Aqui a intenção é trazer aportes metodológicos que considerem experiências, desigualdades, diversidades e sabedoria local. Tal proposta articula avaliação em profundidade, trabalho etnográfico e uso de narrativas como possibilidades metodológicas concretas ao campo da avaliação. Para tal, o trabalho discute sobre os estigmas que podem ser revelados nas interações burocráticas, relações entre oprimidos e opressores e sobre marginalidades e a insuficiência das categorias analíticas para explicarem a realidade das classes populares e problematiza sobre o processo de interação dos sujeitos com os guichês da implementação e a interação entre os atores decisores da política. A perspectiva crítica sobre a avaliação de políticas parte da premissa de que a cosmovisão dos atores é uma dimensão importante, já que estes são interlocutores com propriedade para revelarem como as políticas são traduzidas em suas trajetórias. Através do trabalho etnográfico e do uso de narrativas, torna-se possível compreender, com rigor, o cotidiano, seus atores, saberes e experiências.

**Palavras-chave:** no Políticas Públicas. Avaliação de Políticas. Avaliação da Implementação. Políticas do Guichê.

**ABSTRACT**

The work intends to collaborate with the deepening of the evaluation of the implementation, understanding that the trajectories of policies and their actors can reveal historical, cultural, collective and social dimensions. Here the intention is to bring methodological contributions that consider experiences, inequalities, diversities and local wisdom. This proposal articulates

in-depth evaluation, ethnographic work and the use of narratives as concrete methodological possibilities in the field of evaluation. To this end, the work discusses the stigmas that can be revealed in bureaucratic interactions, relations between oppressed and oppressors and marginalities and the insufficiency of analytical categories to explain the reality of the popular classes and problematizes the process of interaction between subjects and ticket windows implementation and the interaction between policy decision-makers. The critical perspective on the evaluation of policies starts from the premise that the cosmovision of the actors is an important dimension, since they are interlocutors with the property to reveal how the policies are translated in their trajectories. Through ethnographic work and the use of narratives, it becomes possible to rigorously understand everyday life, its actors, knowledge and experiences.

**Keywords:** Public policy. Policy Assessment. Implementation Assessment. Guide Policies.

## 1 INTRODUÇÃO

Embora ainda pouco ampliada no Brasil, a discussão sobre uma avaliação que extrapole o caráter metodológico convencional de ações determinadas tem surgido em torno de uma perspectiva que não precisa, necessariamente, ser finalística para ser caracterizada como avaliação. Oliveira (2019) afirma que o campo de avaliação de políticas, propulsor de estudos analíticos e finalísticos, acaba desconsiderando os agentes e destinatários das políticas como sujeitos sociais, atribuindo, a estes, certa invisibilidade. Gussi e Oliveira (2016) atribuem ao itinerário da política ou à centralidade do processo de implementação o conceito de trajetória da política, compreendendo as políticas em sua perspectiva dinâmica e dotada de múltiplas representações, a partir da forma sobre a qual o percurso que percorre a política é construído. O conceito contribui com a discussão sobre perspectivas contra hegemônicas da avaliação.

Rodrigues (2008) afirma que, do ponto de vista teórico-metodológico, as pesquisas no campo da avaliação de políticas públicas, tradicionalmente, se direcionaram majoritariamente para os resultados e os impactos. Ao interpelar o campo, a autora defende que a discussão crítica sobre políticas públicas tem tensionado o campo da avaliação, interessada em debater, questionar e colocar sob suspeita o pensamento hegemônico – dominante. Tal movimento tem contribuído para a inversão do paradigma dominante e defendido a utilização de meios para que os sujeitos, suas experiências, suas culturas, seus saberes e suas cosmovisões sejam ouvidos. Gussi e Oliveira (2016) ressaltam a construção de um *ethos* epistemológico

crítico e que considere as relações das políticas com os sujeitos sociais. Januzzi (2021), por sua vez, afirma que políticas públicas precisam atender demandas públicas e buscar soluções através de princípios e valores humanísticos.

Diante dessa perspectiva, o trabalho tem como objetivo discutir a avaliação da implementação de políticas públicas em uma perspectiva contra hegemônica e, a partir de referenciais teóricos críticos que não são do campo da avaliação, propor elementos epistemológicos e metodológicos que problematizem e alarguem suas bases conceituais. Dialogamos com autoras e autores preocupados em denunciar, em seus textos, as desigualdades, os estigmas, as marginalidades e as opressões.

Ao fazer essa discussão, o trabalho parte da perspectiva crítica sobre o campo da avaliação e suas conexões com a avaliação da implementação de políticas, articulando-a com metodologias qualitativas, dentre as quais destacamos o trabalho de natureza etnográfica, a observação participante e o uso das narrativas. Para oferecer essa abordagem metodológica interpretativa da avaliação de políticas, o artigo assume que é importante considerar e incorporar a interação das classes populares com o Estado, por meio do conceito de *guichês*, formulado por Péguy (1907)<sup>1</sup> e aprofundado por Dubois (2019) e utilizado por Fernandes e Oliveira (2022). Ao analisar o processo de interação das pessoas de camadas populares com os guichês, compreendendo o processo de implementação e as interações que ocorrem nos dois lados, visibilizam-se as trajetórias dos sujeitos, suas agendas, interesses e suas experiências com as políticas públicas nos guichês de implementação. As vozes dessas pessoas importam e devem sair das margens das avaliações e ocupar seu centro.

## **2 A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS: TERRITÓRIOS, COTIDIANOS, GUICHÊS E A MANIPULAÇÃO DA ORDEM SOCIAL DA AÇÃO PÚBLICA**

Scriven (2019), no livro *Avaliação: um guia de conceitos*, revisa os conceitos de avaliação a partir de uma concepção clássica ou convencional do ato avaliativo. Ao confrontar as diversas definições, constata-se que as premissas de uma avaliação de políticas ou programas se estabelecem a partir do contraponto dos resultados alcançados com os objetivos inicialmente pretendidos. Para isso, a vasta literatura hegemônica, induzida pela

---

<sup>1</sup> Charles Péguy (1907) descreve o guichê como um “pequeno dispositivo de governo” que opera a política a favor da estratificação social. O guichê, ponto de encontro e interação social, revela as desigualdades entre a autoridade pública e sua ação sobre o pobre. A dimensão política do guichê é uma burocracia desvelada que atua através de critérios voltados para a padronização e regulação dos comportamentos – os “guichês discriminantes”.

visão liberal propagada pelos governos, agências multilaterais e de financiamento sobre avaliação de políticas, postula que os resultados ou impactos da política ou programa sejam mensurados a partir de indicadores previamente estabelecidos para este fim. No caso da avaliação da implementação, o foco reside, em linhas gerais, na gestão das rotinas, dos processos e dos recursos, no monitoramento dos indicadores e nas correções de rota que derivam dessas dinâmicas.

Embora ainda pouco ampliada no Brasil e nos países do Norte e Sul Global, a discussão sobre uma avaliação que extrapole o caráter metodológico convencional de ações determinadas voltadas para demandas específicas tem crescido. O projeto *Indigenous Voices*, liderado pelo grupo *EvalIndigenous*<sup>2</sup>, apoiado pela iniciativa *EvalPartners*<sup>3</sup>, pretende impulsionar o uso de diferentes abordagens para proporcionar avaliações culturalmente sensíveis, inclusivas e voltadas para o bem-estar da comunidade, bem como para o desenvolvimento físico, mental, emocional e espiritual de indivíduos, famílias e comunidades.

Oliveira (2023), ao entrevistar a avaliadora boliviana e aymara Martha Lanza, abre espaço para essa discussão na Revista da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação<sup>4</sup>. Profissional que tem se dedicado a responder às necessidades de populações mais excluídas através de uma prática avaliativa decolonial, Lanza expõe suas perspectivas em torno do *Vivir Bien* e suas implicações para o pensamento decolonial. O novo paradigma do *viver bem* dá centralidade às cosmovisões das pessoas, suas culturas, seus saberes e suas conexões com o planeta e seus ancestrais, reconhecido na Constituição do Estado boliviano.

Nessa direção, o debate também incorporou uma perspectiva processual e cotidiana das políticas, destacando-se a importância de se avaliar, também, a implementação de políticas ou programas e seus efeitos e, portanto, como tais questões afetam os resultados da ação pública. Segundo Oliveira, Oliveira e Coelho (2022) a avaliação tem como finalidade a produção de evidências que permitam aos sujeitos refletir sobre a ação pública para, assim, intervir na realidade que passa a ser reconfigurada pela política e coloca em interação e articulação os atores sociais que formam esse campo.

---

<sup>2</sup> As raízes de *EvalIndigenous* fornecem as teorias e métodos críticos tribais e indígenas, bem como as distinções legais e políticas de povos indígenas e tribos/primeiras nações, e a parceria compartilha como a avaliação é feita “por nós e para nós”. Cf. *EvalIndigenous*: BOWMAN-FARRELL, N. R., & BREMNER, L. (2020). *EvalIndigenous* origin story: Effective practices within local contexts to inform the field and practice of evaluation. *Canadian Journal of Program Evaluation*, 34(3).

<sup>3</sup> Mais informações sobre o *EvalPartners* podem ser encontradas no site: <https://ioce.net/about-us/evalpartners/>

<sup>4</sup> O site da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação pode ser acessado em: <https://rbma.site/>

Lejano (2011) apresenta uma visão menos asséptica sobre a avaliação de políticas, ampliando, metodologicamente, o olhar sobre o campo – a avaliação em profundidade. O mesmo autor amplia o convite para que a avaliação seja um processo participativo de abordagem experiencial já que precisam ser levados em conta o contexto e a complexidade nos quais elas se configuram, além da potencialidade de propor que o avaliador se preocupe em “estar lá”, no território (Geertz, 1978). Lejano (2011) também defende que as experiências dos sujeitos diante das políticas e do Estado sejam explicitadas através da pesquisa etnográfica e da busca pela trajetória da política e pela trajetória dos sujeitos.

Gussi e Oliveira (2016), Oliveira (2021) e Oliveira, Alves e Fitcher (2022) discutem sobre a importância da noção de trajetória e os contextos nos quais os sujeitos estão inseridos, caracterizando-a como referencial metodológico estratégico para a compreensão dos processos sociais, revelando dimensões históricas, coletivas e sociais e os resultados e efeitos gerados pela implementação. Sob a mesma perspectiva, Oliveira e Peixoto (2021) enfatizam a importância de considerar as populações às quais são destinadas às políticas e os implementadores que operam na ponta como atores estratégicos. É nesse sentido que os guichês são centrais para se compreender essa relação, a partir dos cotidianos das pessoas em suas interações com o Estado. Para tal, é preciso considerar quem são os sujeitos envolvidos, seus territórios, trajetórias, crenças, valores, experiências, culturas e cosmovisões.

Segundo Dubois (2020), o guichê é o lugar ou “janela” através da qual o Estado, que está do “lado de dentro”, se comunica com o cidadão através de suas “ajudas”, serviços e subsídios, ou mesmo por meio de um “indicador de mudanças que afetam os usuários” da política. Em *O Burocrata e o Pobre*, Dubois (2018) afirma que os burocratas não são uma mera encarnação das normativas definidas pelas instituições. Suas trajetórias sociais definem a maneira como vão encarnar um rol administrativo. Seu foco de análise se encontra, então, nos receptores das políticas e sua preocupação é que não sejam meros receptores passivos da dominação imposta pelas interações burocráticas. O autor critica a lógica estadocêntrica e parte da perspectiva dos cidadãos que se relacionam e interagem entre si e com as políticas. Os guichês são dotados de uma dimensão física e, sobretudo, política e simbólica, tornando-se um *dispositivo* de governo.

Dubois (2019) também afirma que as políticas de guichê, tecidas nas relações interacionais entre os burocratas e sujeitos de camadas populares, comportam a capacidade de fazer com que os direitos dos sujeitos sejam dificultados, criando um aspecto de “política

de fachada” através de “truques burocráticos”. O que torna o trabalho de Dubois relevante e, para os fins deste artigo, crítico à visão dominante, é que o pesquisador percebeu que o conceito de guichê, que extrapola o caráter físico de uma mesa ou janela de atendimento para uma ação política, deve ser estudado a partir das relações cotidianas que se processam nos territórios e sobre como os cidadãos construíram suas percepções sobre o estado.

Para isso, Dubois elege a etnografia e a observação participante como estratégias metodológicas para acessar o campo. O autor recorre a Goffman (1982) para explicar, através do conceito de ordem interacional e suas relações com as estruturas sociais, como uma interação desigual e silenciosa pode reproduzir as desigualdades sociais. Ao articular essa ideia com o conceito de guichês, Dubois afirma que as relações entre os sujeitos que estão do lado de dentro dos guichês e os sujeitos que se encontram “fora” podem ser potencialmente discriminantes. Bourdieu (2002), através dos conceitos de *violência simbólica* e *interiorização de normas e regras administrativas*, explica que os sistemas simbólicos, configurados nas interações, funcionam como instrumento de dominação.

A perspectiva apresentada acima se entrelaça com as pesquisas de Auyero (2011), que afirma que as classes populares podem se tornar “pacientes” do Estado e ter seus corpos e almas governadas, hábitos e comportamentos moldados diante da dependência dos benefícios do Estado. Ao discutir os aspectos pedagógicos e suas práticas opressoras, Paulo Freire (1987) dialoga com essas questões quando constrói pressupostos teóricos para o campo da educação, mas que o ultrapassam. Ao mobilizar o conceito de *Pedagogia do Oprimido*, Freire provoca uma mudança epistemológica radical porque dá centralidade às relações opressoras, o que é muito pertinente e similar com as proposições de Auyero (2011).

### **3 UMA PROPOSTA EPISTEMOLÓGICA-METODOLÓGICA PARA AVALIAÇÕES CRÍTICAS DA IMPLEMENTAÇÃO: EXPERIÊNCIAS, NARRATIVAS E COTIDIANOS**

A proposta metodológica que apresentamos se ancora sobre três aspectos: análise em profundidade, trabalho etnográfico e uso de narrativas, com a compreensão de que a análise da implementação de políticas pode oferecer subsídios importantes para o campo da avaliação.

A noção de experiência é central na proposta de Lejano (2011), engajada com o entendimento da complexidade presente nas relações e fenômenos em torno da política, sendo imprescindível o olhar sobre o processo, o contexto, a dinamicidade e as múltiplas



experiências quando trata-se da análise de políticas públicas. O autor ancora sua discussão sobre análise em profundidade.

Uma das proposições para a compreensão das culturas e experiências dos sujeitos no processo de implementação de políticas, segundo o mesmo autor, é o trabalho etnográfico. Em sua obra “A Interpretação das Culturas” Geertz (1978) propõe que a interpretação das culturas deve ocorrer como se as culturas fossem textos, ou seja, como uma teia de significações tecidas pelo próprio homem. Assim, as narrativas emergem como um atributo capaz de oferecer a oportunidade de compreensão das experiências e percepções dos sujeitos sobre o processo de implementação.

Segundo Jovchelovitch e Bauer (2000), o uso de narrativas revela uma “técnica para eliciar informações” (p. 96), através da qual, sem interrupções, os sujeitos são ouvidos, bem como suas experiências e compreensões sobre os processos, atribuindo visibilidade aos sujeitos.

Através de uma discussão profícua sobre conhecimento local no sul da Ásia, Zaveri e Nandi (2022) enfatizam o crescimento orgânico dos campos de avaliação no Sul Global, relatando seu esforço em produzir uma avaliação que considere as desigualdades e diversidade de sua população. Sob essa mesma perspectiva, Oliveira (2019) propõe que o fortalecimento de um campo de avaliação de dimensão crítica seja amadurecido no Brasil, através de propostas concretas diante de uma agenda política dominante reguladora da ação pública.

Três aspectos importantes para Zaveri (2022), que podem ser úteis para o debate que estabelecemos a partir de uma avaliação crítica são *estar com o povo*, *ouvir o povo* e *falar com/para o povo*. Aqui tomamos a liberdade de estabelecer uma relação entre *estar com o povo* e a noção de experiência de Lejano (2011), já que este autor nos propõe que é imprescindível a compreensão da complexidade das relações e fenômenos em torno das políticas. O segundo aspecto que Zaveri chama de *ouvir o povo* relacionamos dialogamos com o trabalho etnográfico. O terceiro aspecto, *falar com/para o povo* foi relacionado, aqui, com o uso de narrativas a partir do pressuposto do protagonismo das vozes dos sujeitos que se relacionam com as políticas, sua cultura e experiências.

A proposta de *estar com o povo* diz respeito ao conhecimento do contexto e das microculturas. Sobre a complexidade do contexto, Zaveri (2022) afirma que estar com as pessoas pode auxiliar na compreensão da dinâmica subjacente, interações e estruturas de poder, que se entrelaçam para criar certo equilíbrio ou harmonia. Zaveri (2022) ainda afirma que o avaliador ou pesquisador deve *honrar* a objetividade presente na sabedoria local, ou seja, desenvolver a habilidade de não presumir conhecer a realidade das pessoas sem estar

com elas, desenvolvendo projetos de avaliação sensíveis ao contexto. Assim, estar com o povo requer adotar uma postura de sensibilidade, incorporar a sabedoria local como um princípio central de sua avaliação, reconhecer as relações de poder e hierarquias presentes naquela sociedade e as desigualdades estruturais em suas diversas materialidades.

Lejano (2011) ao discutir as estruturas hegemônicas presentes no campo da avaliação, explica que a presença de um hiato, capaz de distanciar texto e contexto, justamente porque políticas costumam ser avaliadas de forma descontextualizada do "chão" onde pisam as pessoas que interagem no processo de implementação e vivenciam experiências. O atributo estar com o povo pode ser colocado, dialogicamente, com a discussão sobre colonialidade do poder, de Aníbal Quijano (1997). Segundo o sociólogo e pensador humanista peruano, a resistência a esse modelo é chamada decoloniedade. Da mesma maneira, o saber pode ser descolonizado e este aspecto aponta para o mesmo debate que temos defendido aqui: o olhar para a sabedoria local, contextos, interações e culturas para pensar em uma avaliação da implementação de políticas ou programas.

O segundo aspecto proposto por Zaveri (2022) compreende *ouvir as pessoas*. Tal postura é muito relevante, justamente porque chama a atenção para o processo de implementação e porque coloca ao pesquisador a responsabilidade de estar no campo de forma ativa. Geertz (1991) escreve sobre a habilidade de penetrar (ou ter sido penetrado por) uma outra forma de viver, realmente "estando lá" diante de uma outra cultura. Para ele, é preciso despir-se de suas classificações de mundo para incorporar a visão de mundo dos sujeitos sociais. Rosistolato (2015, p. 72) afirma que a antropologia pode ser apresentada como uma "uma ciência feita por indivíduos que decidem relativizar suas visões de mundo com base na observação e análise das concepções presentes em culturas diferentes das suas".

Gussi e Oliveira (2016) afirmam que a avaliação sob a perspectiva antropológica exige um esforço para a compreensão e construção das trajetórias das políticas. Aqui, definimos o trabalho de campo como uma catarse, a partir da qual emergem, aos olhos do pesquisador ou avaliador, culturas, experiências, valores, interações nos guichês e sabedoria local para que, a partir daí, seja possível reconstituir a trajetória da política.

O último atributo recomendado por Zaveri (2022) diz respeito a falar com/para o povo, afirmando que, para descolonizar a prática de avaliação, é preciso conceber uma avaliação centrada nas pessoas (p. 175). É interessante observar que, a partir da premissa que envolve "estar junto", procuramos mitigar a postura hermética entre pesquisadores/avaliadores e a



população, considerando culturas e descolonizando os saberes e concepções já construídos sobre diferentes culturas.

Zaveri (2022), ao apresentar sua proposta que envolve falar com/para o povo, afirma que é necessário compreender contextos e microculturas, exigindo do avaliador empatia e compaixão, juntamente com a capacidade de refletir e avaliar sua prática constantemente. A intenção da autora é defender que o avaliador deve desenvolver sua prática distante de aspectos hegemônicos como a crença na neutralidade, e desprovimento de cultura e contexto. Da mesma forma, para ouvir as populações, é preciso ter consciência das desigualdades e assimetrias de conhecimento, assim como das relações de poder existentes naquelas sociedades. O acolhimento e a construção da confiança são aspectos levantados por Zaveri (2022) para a compreensão da sabedoria local, principalmente diante de populações em vulnerabilidade econômica e social.

O ato de falar com/para o povo, aliado a preocupação de “estar junto” e ouvir a sabedoria local pode estar comprometido com o uso das narrativas, definido por Jovchelovitch e Bauer (2000) e Maynard Moody e Musheno (2003), como uma estratégia metodológica que permite a compreensão sobre como os sujeitos vivenciam e interpretam os processos, trazendo à tona suas experiências, identidades e subjetividades.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo apresentou como objetivo compreender a avaliação de políticas, na perspectiva crítica e alguns subsídios para que esse processo seja possível, como avaliação em profundidade, trabalho etnográfico e narrativas, para, a partir daí, compreender o processo de interação dos sujeitos de camadas populares com os guichês de forma mais aprofundada.

A pesquisa, que também pretendeu discutir sobre a necessidade de “dar voz” às trajetórias dos sujeitos e de suas experiências com as políticas públicas nos guichês de implementação, trouxe a contribuição de alguns autores que tem discutido as nuances dessas interações entre os sujeitos que fazem parte das trajetórias das políticas.

Sabe-se que o campo da avaliação de políticas tem contribuído de forma efetiva para que as análises e avaliações de políticas sejam realizadas de forma contra hegemônica, através da imersão nos territórios e, também, a partir das experiências dos sujeitos envolvidos no processo, os sujeitos avaliadores. Nessa perspectiva, as experiências, trajetórias e culturas precisam ser consideradas já que a abordagem etnográfica, recomendada pela análise em

profundidade carece da imersão dos avaliadores e, também, que os sujeitos atendidos pelas políticas sejam, também, os avaliadores das políticas.

Assim, garantindo que os sujeitos dos territórios tenham voz no processo avaliativo, guarda-se a observância de que o aspecto interseccional seja levado em consideração para a construção de ferramentas para a avaliação de políticas públicas. Assim, o olhar sobre esses sujeitos e todo o sistema de opressões que vivenciam nas camadas populares e a consideração de características interseccionais como gênero e raça que agravam ainda mais as desigualdades pode servir como ferramenta analítica para o processo de análise da trajetória da implementação de políticas, bem como de seus guichês, por muitas vezes, discriminantes e silenciadores de culturas e identidades.

Assim como as políticas públicas atuam como vetores de força, orientados por valores, cabe indagar: quais são os interesses políticos que movimentam a agenda da política? Quais valores ela traz? Para responder a essas questões surge a necessidade de entender a trajetória das políticas. Além desses questionamentos, quando refletimos sobre os sujeitos que estão, cotidianamente, diante dos guichês ou janelas de implementação, precisamos indagar: quem são esses sujeitos que estão “dentro” e “fora” dos guichês? As trajetórias dos sujeitos de camadas populares encontram ressonância nos textos das políticas? De que forma esses sujeitos ressignificam e reconstituem sua relação com o Estado diante do processo de emancipação proposto pelas políticas? Assim como no processo das avaliações têm sido pensadas práticas de uma lógica contra hegemônica, os sujeitos de camadas populares precisam encontrar, nos guichês, políticas mais emancipatórias.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 311 p.

DUBOIS, V. **El burócrata y el pobre**: Relación administrativa y tratamiento de la miseria. The bureaucrat and the poor. Valencia: Institució Alfons el Magnànim, 2018.

DUBOIS, V. **Políticas no guichê, políticas do guichê**. In.: **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na Implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

DUBOIS, V. **Lower Classes and Public Institutions**: a research program. University of Strasbourg (France), SAGE UMR 7363. May, 2020.

DUBOIS, V. **Sujetos en la burocracia relación administrativa y tratamiento de la pobreza**. Ediciones Universidad Alberto Hurtado. Santiago de Chile. 2020.

FERNANDES, N. R.; OLIVEIRA, B. R. (2022). Eu não tenho cara de estudante de medicina: Trajetória de um estudante e os guichês discriminantes na universidade pública. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, 17 (2), 1279 - 1300.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, C. (1998). O dilema do antropólogo entre "estar lá" e "estar aqui". *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 7(7), 205-235.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., 1982.

GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural de amefricanidade". **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988ª

GUSSI, A. F. OLIVEIRA, B. R. de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Revista Desenvolvimento em Debate**. v.4, n.1, p.83-101, 2016.

JANUZZI, P. M. Valores públicos e a avaliação de políticas. In.: **Revista Nexo Políticas Públicas**, 2021.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LEJANO, Raul. **Parâmetros para análise de políticas**: fusão de texto e contexto. Campinas: Arte Escrita, 2011.

OLIVEIRA, B. R. Avaliar desde a América Latina e a Contra Hegemonia no Campo da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Aval**. vol. 1 n. 15. Jan/Jun 2019.

OLIVEIRA, B. R. de; ALVES, M. M. F. FICHTER FILHO, G. A. Contextos e trajetórias para a análise de Políticas Públicas: Aportes teóricos para o campo da educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 17, n. n. esp. 3, p. 2095–2117, 2022.

OLIVEIRA, B. R.; PEIXOTO, M. C. L. Street-level bureaucracy and public policies: analyzing educational policy implementation from the perspective of schools and teachers. In.: **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.37, 2021.

OLIVEIRA, B. R. (2023). “Un aspecto fundamental que hace a esta colonialidad del poder construida a partir de la colonización, es la devaluación absoluta de la humanidad del dominado”. **Una entrevista con la boliviana Martha Lanza**. Revista Brasileira de Avaliação, 2023.

RODRIGUES, L.C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Aval**, ano I, vol.1, n.1, jan-jun, 2008, p. 07-15.

ROSISTOLATO, R. PRADO, A. P. Etnografia em pesquisas educacionais: o treinamento do olhar. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.21, n.44, p. 57-75, jan./abr. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

ZAVERI, S.; NANDI, R. LOCAL WISDOM MATTERS Reflections on Evaluation Theory and Practice from South Asia. A Publication by GENSA – Gender and Equity Network of South Asia A special interest group of Community of Evaluators South Asia. New Delhi. 2022.

ZAVERI, S. Why Local Wisdom matters in a decolonized world. In.: LOCAL WISDOM MATTERS Reflections on Evaluation Theory and Practice from South Asia. A Publication by GENSA – Gender and Equity Network of South Asia A special interest group of Community of Evaluators South Asia. New Delhi. 2022.